

NOTAS SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE DIADEMA: CONQUISTAS E DESAFIOS

Rafael de Paula Aguiar Araújo¹
Rafael Balseiro Zin²

RESUMO: Este artigo tem por desígnio realizar uma reflexão acerca das políticas culturais, a partir de um estudo de caso do Plano Municipal de Cultura de Diadema (2012-2021), promulgado pela Lei Municipal nº 3.214 de 02 de abril de 2012. Para tanto, pensando nas conquistas e desafios que uma iniciativa como essa sugere, esse estudo busca apresentar e descrever o processo de construção do Plano e, com isso, analisar as disposições propostas em âmbito municipal, para avaliar as diretrizes e os programas estratégicos positivados no documento. Não obstante, é debatido o papel do Sistema Nacional de Cultura, levando em consideração a sua constituição e democratização como peças centrais desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Política Cultural. Plano Municipal de Cultura. Sistema Nacional de Cultura. Município. Diadema.

A construção do Plano Municipal de Cultura

Promulgado pela Lei Municipal nº 3.214 de 02 de abril de 2012, o Plano Municipal de Cultura de Diadema é um importante documento que consolida um trabalho construído coletivamente nos últimos anos com a sociedade civil organizada, mais especificamente com a participação dos produtores culturais locais e gestores públicos, e que está em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura³ (2011). De acordo com as informações disponibilizadas no Plano (DIADEMA, 2012), os objetivos da Secretaria de Cultura de Diadema tem por base implementar as iniciativas previstas no documento ao longo dos

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte Mídia e Política (Neamp) do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Professor de Sociologia Contemporânea e Coordenador do curso de Sociologia e Política da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor do Departamento de Política da PUC-SP e editor da Revista Aurora. Contato: rafa77@uol.com.br.

² Bacharel em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes de São Paulo. Atualmente é estudante no curso de Sociologia e Política da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisador do Ateliê de Estudos Culturais, dessa mesma instituição. Contato: rafaelbzin@hotmail.com.

³ O Sistema Nacional de Cultura (SNC) visa institucionalizar e fortalecer a gestão pública da cultura, com base num modelo que reúne a sociedade civil e os entes federativos da República – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com seus respectivos sistemas de cultura, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração.

próximos dez anos (2012-2021), com supervisão do Conselho Municipal de Cultura, criando e avaliando programas para a superação gradativa dos desafios diagnosticados durante as Conferências de Cultura realizadas na cidade. Para atingir esta meta, no entanto, o Plano tem como principais diretrizes reconhecer e valorizar a diversidade cultural do município, fortalecer a produção cultural local, inserir a produção cultural no circuito econômico da cidade, fortalecer o Conselho Municipal de Cultura e reconhecer, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade.

Buscando o fortalecimento das ações de planejamento e os processos de interlocução com a comunidade, a Secretaria Municipal de Cultura promoveu a IV Conferência de Cultura de Diadema, realizada nos dias 23 e 24 de julho de 2011 e organizada pela primeira composição do Conselho Municipal de Cultura, eleita em 2010. Cientes da importância da Conferência, visto que as propostas eleitas seriam os elementos centrais para a elaboração do Plano, os agentes que conduziram o processo de construção do documento realizaram discussões prévias nas Câmaras Setoriais de Música, Artes Visuais, Artes Cênicas, Audiovisual, Cultura Popular, Livro e Leitura, Patrimônio Cultural e Pontos de Cultura. As Câmaras Setoriais se reuniram durante os meses de abril, maio, junho e julho de 2011, com o objetivo de realizar diagnósticos dos respectivos segmentos e propor soluções, além da revisão das propostas da Conferência Municipal de Cultura. Assim, foram realizadas 28 reuniões com a participação de aproximadamente 130 interessados e, ao longo dos debates, foram apontados diversos temas relacionados à cultura, tais como: patrimônio, gestão, comunicação, profissionalização, sustentabilidade e transversalidade, que suscitam novos desafios na política cultural da cidade.

Nesse contexto, as demais Conferências Municipais de Cultura de Diadema buscaram formular propostas de políticas públicas que atendam à diversidade, fornecendo as condições adequadas para a manifestação dos inúmeros segmentos culturais do município. A IV e última Conferência foi um processo democrático de consultas, construção de conteúdos e deliberação das diretrizes que nortearão a política cultural da cidade nos próximos dez anos. Paralelamente a isso, a secretaria de Cultura promoveu discussões com o Núcleo de Gestores, que também teve suas necessidades e propostas contempladas pela IV Conferência de Cultura. Nela, os presentes tiveram a oportunidade de reavaliar e complementar ou excluir as propostas apresentadas pelas Câmaras setoriais e pelo Núcleo de Gestores, o que resultou em 154 propostas definitivas, aprovadas em plenária final. Esse processo, consecutivamente, mostra a necessidade de elaboração e institucionalização de programas e projetos estratégicos que concretizem a relação entre cultura e desenvolvimento. Isso tudo, entendendo a noção de

cultura em todas as suas dimensões. Cultura, portanto, como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto de nação sustentável. Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social. E cultura como fator econômico gerador de riquezas.

Sabendo disso, se a cultura é reconhecida expressamente na Constituição como um conjunto de direitos do cidadão brasileiro, sendo responsabilidade do Estado a garantia do pleno exercício da vida cultural e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, 1988, art. 215), a efetividade de uma política cultural como essa precisa ser avaliada. Isso porque, uma política pública constitui um conjunto de princípios, diretrizes e normas que assumem a forma de benefícios, atividades, programas, serviços e projetos, visando à população favorecida. No âmbito cultural, especificamente, tem por objetivo possibilitar a produção simbólico-material, propiciando a interação social dos indivíduos e contribuindo para a elaboração dos modos de pensar e sentir (BOTELHO, 2001). Além disso, vale dizer, uma determinada política cultural, entendida como política pública, precisa ser planejada, estruturada, institucionalizada, aberta à participação da sociedade nas suas decisões e, sobretudo, dotada de recursos públicos, materiais e humanos.

Nesse sentido, há atribuições que o poder público, objetivamente, precisa cumprir: (1) assegurar que a liberdade de criar não sofra impedimentos; (2) garantir aos criadores as condições materiais para criar e usufruir dos benefícios resultantes das obras que produzem; (3), universalizar o acesso de todos os cidadãos aos bens da cultura; (4) proteger e promover as identidades e a diversidade cultural; e (5) estimular o intercâmbio cultural nacional e internacional (MACHADO, 2011). Partindo desse contexto, e levando em consideração o fato de que o debate sobre políticas culturais no Brasil, hoje, aponta anacronismos, ambiguidades e até mesmo lacunas no que diz respeito à gestão cultural, afinal, o que é relevante discutir? Compreende-se que um caminho possível é avaliar o que já está em andamento. Por esse motivo, o presente artigo busca analisar, a partir de um estudo de caso, as diretrizes e os programas estratégicos positivados no Plano Municipal de Cultura de Diadema, debatendo o papel do Sistema Nacional de Cultura, enquanto ferramenta estratégica central para esse processo.

Contexto histórico da cultura em Diadema

Localizada na região do ABCD Paulista, em uma área com características suburbanas e rurais, a emancipação de Diadema da cidade de São Bernardo do Campo ocorreu em 1958.

Nessa época, a condição cultural da cidade era predominantemente marcada por manifestações religiosas como folias de reis, quermesses, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, dentre outras. No final da década de 1960, as intervenções públicas iniciaram a transformação do cenário cultural no município, instaurando determinadas práticas urbanas, a exemplo do Teatro-Escola, criado nos anos de 1970. No entanto, foi somente no final de década de 1980 que o poder público passou a priorizar as intervenções culturais no município, fazendo valer a cultura enquanto direito social. A partir de 1992, a administração municipal iniciou o processo de criação de uma rede de equipamentos culturais nos bairros da cidade, o que possibilitou o desenvolvimento de uma política cultural capilar, contínua, consistente e diversa. Mais recentemente, já no final de década de 1990, o então Departamento de Cultura criou a Companhia de Danças de Diadema, com foco em pesquisa, criação, produção e divulgação da dança contemporânea, e alguns centros culturais de bairro passaram a priorizar algumas áreas culturais específicas, como o Centro Cultural Canhema, atualmente conhecido como Casa do Hip Hop, local de encontro de praticantes da manifestação e de eventos nacionais e internacionais. A partir disso, a política de inclusão cultural em Diadema tornou-se uma realidade, ao conquistar investimentos públicos de longa duração e contribuindo para a redução significativa dos altos índices de violência e exclusão social na cidade.

No ano de 2005, finalmente, foi criada a Secretaria de Cultura de Diadema que, atualmente, conta com uma estrutura de cerca de 130 funcionários, distribuídos entre dez centros culturais, nove bibliotecas, Museu de Arte Popular, Centro de Memória, Sala de Leitura Luiz Ruffato, Casa da Música, Teatro Clara Nunes, Cine Eldorado, Circo Escola, Setor de Som, Divulgação, Serviços de Formação e Difusão Culturais, além dos setores administrativos que garantem a infraestrutura e o funcionamento da Secretaria. O município dispõe, também, de nove Pontos de Cultura, do Pontão de Cultura Sete Cidades, três Corpos Estáveis nas áreas de dança e música e três telecentros. Administrando ao todo 25 equipamentos culturais próprios com atividades distribuídas por toda a cidade e estabelecendo parceria – a exemplo do projeto *Leitura nas Fábricas*⁴ com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, do *Programa Cultura Viva* do ministério da Cultura por meio dos Pontos de Cultura, e de outras parcerias com órgãos como o SESC, o SESI e o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria tem por objetivo valorizar e estimular a circulação cultural, ampliar o acesso à

⁴ Lançado em junho de 2010, o projeto *Leitura nas Fábricas* é uma iniciativa da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Diadema, como uma das ações que integra o *Programa Diadema, Cidade de Leitores, Usina de Culturas*, que tem como eixo principal a inserção da leitura nas fábricas, visando à democratização do acesso a informação, a inclusão social e a formação do leitor para o efetivo exercício da cidadania.

produção nas várias linguagens artístico-culturais e promover a inclusão social e etária, visando o respeito à diversidade.

De acordo com as informações disponibilizadas no Portal Diadema (2012), endereço eletrônico da Prefeitura do município, no decorrer dos anos e balizada pelo conceito de cidadania cultural, a política cultural dinamizou equipamentos localizados nos bairros – os antigos Centros Juvenis de Cultura – por meio da implantação de oficinas artísticas de sensibilização e da transformação dos mesmos em espaços de convivência, bem como ampliou e diversificou a programação do Centro Cultural Diadema, localizado na área central da cidade. Ao mesmo tempo, deu início à organização da memória do município e à reformulação das Bibliotecas Públicas. Permeada pelos eixos de formação e difusão, a política cultural de Diadema tornou-se referência para muitos municípios. E é justamente para afirmar e dar continuidade a essa trajetória sempre crescente que surge o Plano Municipal de Cultura.

Diretrizes e programas estratégicos: novas conquistas para o município

O Plano Municipal de Cultura de Diadema define conceitos de política cultural, apresenta diagnósticos e aponta os desafios a serem enfrentados em cada área cultural da cidade, formulando diretrizes gerais e estruturando a intervenção do governo municipal através de sete programas estratégicos que agrupam tematicamente os planos, programas, projetos e ações a serem implementados nos próximos dez anos. O Plano constitui o Sistema Municipal de Cultura e representa uma importante contribuição de Diadema para implementação do Sistema Nacional de Cultura, estimulando outras cidades e estados brasileiros a também elaborem seus Planos de Cultura. As diretrizes do Plano de Diadema (DIADEMA, 2012), previstas para os próximos dez anos são as seguintes:

1. Implementar as diretrizes do Plano nacional de Cultura.
2. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural do município de Diadema.
3. Fortalecer a produção cultural local.
4. Estudar a viabilidade de inserção da produção cultural no circuito econômico da cidade.
5. Estabelecer parcerias com outras secretarias municipais com vistas à participação incisiva das políticas culturais nas políticas de desenvolvimento urbano, econômico, ambiental, educacional e de segurança pública do município.
6. Ampliar o acesso à cultura e sensibilizar públicos.
7. Implantar mecanismos eficazes de comunicação e divulgação das ações culturais.

8. Estabelecer planos de manutenção dos equipamentos culturais municipais garantindo plenas condições de funcionamento, bem como acessibilidade às pessoas com deficiência.
9. Ampliar as possibilidades de intercâmbio por meio da participação em redes regionais, estaduais, nacionais e internacionais.
10. Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura e outros mecanismos de participação.
11. Promover a qualificação em gestão cultural de funcionário da Secretaria de Cultura, produtores culturais, criadores, técnicos e demais interessados.
12. Reconhecer, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial do município.
13. Produzir e organizar informações e indicadores culturais segundo os parâmetros do *Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais*⁵ e as especificidades e necessidades do município.

No entanto, para que essas diretrizes consigam viabilidade prática, foi necessária a elaboração de programas estratégicos que atendem sete instâncias. São elas:

1. Sistema municipal de informações e indicadores
2. Programa de formação artística e cultural
3. Sustentabilidade e fortalecimento da produção cultural
4. Ampliação do acesso e sensibilização de públicos
5. Intercâmbios
6. Interfaces com outras áreas
7. Gestão

Para a elaboração do Sistema municipal de informações e indicadores, além da necessidade de seguir as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, será necessário reunir informações sobre a produção artístico-cultural de Diadema, definindo metas e indicadores de monitoramento do Plano. Nesse sentido, as primeiras ações do Sistema municipal de informações e indicadores culturais serão o mapeamento cultural da cidade, que deve abranger as demandas propostas na IV Conferência Municipal de Cultura, e a criação de

⁵ O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) é o instrumento de acompanhamento, de avaliação e de aprimoramento da gestão e das políticas públicas relacionadas à cultura. O sistema constitui compartilhamento público e transparente das informações estratégicas para gestão federal, estadual e municipal da cultura e visa a integrar, padronizar e harmonizar os cadastramentos, os mapeamentos e os indicadores culturais. Possibilita, assim, um ambiente computacional inter-relacionado, que visa a coletar, a armazenar e a difundir os dados e as informações culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012).

indicadores de monitoramento do Plano. O programa de formação artística e cultural, por conseguinte, será composto por ações de formação artística, bem como por ações de formação em gestão e produção cultural, destinadas aos funcionários da Secretaria de Cultura, ao Conselho Municipal de Cultura e aos produtores culturais locais, de acordo com as respectivas especificidades. Dentre elas estão compreendidos diversos momentos de formação em produção e gestão, além da realização de seminários setoriais e de capacitação e realização de fórum anual de gestão cultural.

A sustentabilidade e fortalecimento da produção cultural, por sua vez, não se caracterizam apenas por recursos financeiros – mecanismos de financiamento e equilíbrio na distribuição do orçamento –, mas também pela articulação destes com outras ações como o incentivo à criação, cessão de espaço e/ou infraestrutura para difusão e circulação, capacitação, concursos, orientação jurídica e administrativa, continuidade de programas, comunicação, subsídios por meio de mapeamentos, estudos, pesquisas, entre outros. Disso decorre a necessidade de ampliação do acesso e sensibilização de públicos e a promoção de intercâmbios e interfaces com outras áreas. Diadema possui vasta e rica produção cultural, porém ainda pouco conhecida em outras localidades. Ainda que haja intercâmbios e trocas locais entre tais manifestações e produções, é fundamental que se extrapolem as fronteiras. Além disso, quando a cultura é entendida como um eixo transversal é preciso propor formas de consecução, pensando quais vínculos podem ou devem ser estabelecidos entre a política cultural e as demais políticas públicas, quais as contribuições que podem trazer umas para as outras e como podem ser viabilizadas. Isso tudo, por fim, deve dialogar com a gestão municipal da cultura, para que as iniciativas previstas no Plano não fiquem somente no âmbito do desejo.

Principais desafios: dialogando com o Sistema Nacional de Cultura

Uma política cultural que queira cumprir a sua parte tem de saber delimitar claramente seu universo de atuação, não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores de governo. Ou seja, ela participará de um consórcio de instâncias diversificadas de poder, precisando, portanto, ter estratégias específicas para a sua atuação diante dos inúmeros desafios que cada realidade apresenta (BOTELHO, 2001). Centrando suas ações no direito à cidade e na cidadania cultural, a Prefeitura de Diadema, desde meados dos anos de 1980, vem realizando investimentos a fim de garantir o acesso à criação e à experimentação artística a partir de programas realizados no Centro Cultural Diadema e nos centros culturais de bairros, especialmente na área de formação artística. No

entanto, ainda há lacunas a serem preenchidas, considerando que, ao fomentar a produção cultural, esta se multiplica e se diversifica, demandando mais investimentos (PORTAL DIADEMA, 2012). Além disso, os diagnósticos realizados pelas Câmaras Setoriais antes da publicação do Plano Municipal de Cultura apontam como principais desafios: a manutenção dos equipamentos culturais, a necessidade de uma comunicação mais eficaz, a necessidade de ampliação de mecanismos de financiamento de gestores e a produção e organização de informações sobre a cultura do município. Outro desafio para as políticas e para a gestão cultural diz respeito à era digital, que trouxe novos modos de criação, produção, distribuição e consumo culturais.

Vale destacar, contudo, que alguns avanços já foram conquistados, como a criação do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo de Cultura e da Lei de Incentivo à Cultura. Porém, a Secretaria de Cultura, recentemente criada, ainda carece de recursos materiais, financeiros e humanos adequados para a implantação e manutenção de programas condizentes com as dimensões da cidade. Neste sentido, o Plano Municipal de Cultura deve fazer valer, além da implantação de um planejamento decenal, a criação e avaliação de programas para a superação gradativa dos desafios diagnosticados. E isso tudo precisa ser dialogado e estabelecido de acordo com o Sistema Nacional de Cultura, que tem, como objetivo central formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais (BRASIL, 2011, p. 42). O Sistema Nacional de Cultura, não obstante, é um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, que tem como órgão gestor e coordenador o Ministério da Cultura em âmbito nacional, as secretarias estaduais/distrital e municipais de cultura ou equivalentes em seu âmbito de atuação, configurando, desse modo, a direção em cada esfera de governo. Trata-se, portanto, de um novo paradigma de gestão pública da cultura no Brasil, que tem como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. Daí a sua importância, para que as diretrizes e programas estratégicos previstos no Plano Municipal de Cultura de Diadema tenham suporte em sua execução e continuidade.

Considerações finais

Cada vez mais a cultura ocupa um papel central no processo de desenvolvimento das cidades, exigindo das gestões locais o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo. Políticas que valorizem as raízes históricas e culturais das cidades, que reconheçam e promovam a diversidade das expressões culturais presentes em seus territórios, que intensifiquem as trocas e os intercâmbios culturais, que democratizem os processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais, que trabalhem, portanto, a noção de cultura como sendo um importante fator de desenvolvimento econômico e de coesão social. No que compete ao avanço nas discussões sobre as políticas públicas, contudo, é possível observar faltava uma visão orgânica para a área cultural, até o aparecimento do Sistema Nacional de Cultura. Nesse sentido, é indispensável distinguir aquilo que, em cada região ou localidade, está sendo suficientemente bem resolvido e aquilo que, com base em critérios defensáveis, o governo deve encorajar (DURAND, 2001).

O significado do Plano Municipal de Cultura, no entanto, vai além da cidade de Diadema e representa, também, uma importante contribuição à construção do Sistema Nacional de Cultura, estimulando outras cidades do país a seguirem o seu exemplo. Desse modo, a cultura ganha destaque como eixo estratégico do desenvolvimento humano, econômico e social, chamando o poder público, a sociedade civil organizada, artistas e produtores, para uma construção conjunta de políticas estratégicas neste campo do conhecimento e ação. Sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e na estruturação da economia da cultura, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. Sabendo que os direitos culturais são direitos humanos e que estão garantidos pela Constituição em voga no país, o poder público deve estimular a apropriação do conhecimento e do saber, o espírito crítico, a ação e a visibilidade dos invisíveis. Para isso, portanto, é fundamental democratizar cada vez mais a informação e criar instrumentos e regras que a viabilizem.

O Plano Municipal de Cultura de Diadema define os conceitos de política cultural, apresenta alguns diagnósticos e aponta os desafios a serem enfrentados em cada área cultural. O Plano também formula diretrizes gerais e estrutura a intervenção do governo municipal através de uma série de diretrizes que se somam a sete programas estratégicos que agrupam tematicamente os planos, programas, projetos e ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazo. Entre as conquistas e os desafios que o Plano Municipal de Cultura de Diadema

sugere, portanto, o que se espera é que essa breve reflexão venha suscitar o interesse dos que pesquisam e/ou atuam na área cultural, contribuindo para a realização de projetos de estudos que tenham em vista a estruturação, a institucionalização e a dinâmica das políticas culturais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural. Secretaria de Articulação Institucional. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, 2011.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 2001.

DIADEMA. *Lei Municipal nº 3.214 de 02 de abril de 2012*. Plano Municipal de Cultura (2012-2021). Diadema: Secretaria de Cultura, 2012.

DURAND, José Carlos. *Cultura como objeto de política pública*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 2001.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. A autonomia dos direitos culturais e o sistema nacional de cultura. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/09/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic/>. Último acesso em 25.05.2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/09/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic/>. Último acesso em 25.05.2012.

PORTAL DIADEMA. *Secretaria de Cultura*. Disponível em:

<http://www.diadema.sp.gov.br/cidadao/governo/82-cultura/1872-programas-e-objetos.html>. Último acesso em 25.05.2012.